

---

FURTADO, Celso. **O Capitalismo Global**. São Paulo : Paz e Terra, 1998, 83p.

O neoliberalismo e a globalização têm-se mostrado eficientes no sentido de provocar o aparecimento de livros antitéticos a si próprios, escritos por intelectuais portadores de ética não afinada com o contumaz adesismo aos poderosos de plantão; o que, aliás, é muito bom, pois estão gerando reflexões no sentido de buscar alternativas para os efeitos danosos de ambos no mundo atual.

A propósito disso, vale destacar autores brasileiros como Nelson Werneck Sodré, Octavio Ianni, João José de Oliveira Negrão (professor da UNISO) e Celso Furtado. Este vive na França, mas não se esquece de escrever para os brasileiros, e seu último livro é objeto desta resenha – além de outros não menos importantes.

O economista Celso Furtado, também professor, começou a ganhar notoriedade nos fins da década de 50, quando foi publicado o seu livro “Formação Econômica do Brasil”, o que se tornou uma espécie de manual para os estudiosos da evolução da problemática socioeconômica do Brasil, ao lado de outros, como “História Econômica do Brasil”, de Caio Prado Júnior.

Na época, Celso Furtado já despertava curiosidades nos meios acadêmico e político, até em nível internacional, pelo seu empenho em formular uma teoria sobre o subdesenvolvimento como algo não parido por fatores étnicos e culturais “inferiores” de determinados povos “atrasados”; por exemplo, o povo brasileiro. Em sua visão de então – agora mais consolidada – Celso Furtado chamava a atenção para a economia como resultado de “modelos macroeconômicos” e, portanto, conseqüência de decisões políticas. E é aí que ele se contrapõe aos adeptos do economicismo, ou seja, aqueles que consideram as ocorrências econômicas como dissociadas da política e, portanto, sem qualquer implicação com a problemática social.

Nesse sentido, Furtado sempre manifestou – e continua manifestando – preocupação em demonstrar que os “modelos macroeconômicos” são decorrentes, acima de tudo, de decisões políticas das elites dominantes, que conduzem o processo segundo a sua ética e a sua necessidade de resguardar o seu patrimônio, principalmente na América Latina, na África e na Ásia. Daí a má distribuição da renda; o não atendimento das necessidades mínimas de alimentação; a precariedade do serviço de saúde; a falta de moradias; a má distribuição das terras; a falta de escolas; o desemprego e tudo o mais que caracteriza o subdesenvolvimento, não importando o nome que se dê: terceiro mundo, país emergente, norte/sul, centro/periferia.

---

Convém recordar que devido à fidelidade às origens do seu pensamento, Celso Furtado foi um dos execrados em 1964 e precisou sair do país. Mas, no Exterior, não faltou a ele espaço para pesquisar e ensinar em universidades, principalmente na França. E, hoje, está voltando a ser solicitado para o debate sobre a problemática atual do nosso país, conforme atestam as entrevistas dadas até mesmo para setores da mídia comprometidos em maquiar a imagem dos atuais detentores do poder, sempre de acordo com aquela teoria já referida.

O livro em epígrafe – trigésimo terceiro da sua obra - é fruto do seu pensamento em várias esferas que se interligam, escrito em estilo direto e objetivo, sem aquela linguagem pedante e empolada, muito própria daqueles que douram a pílula por absoluta falta do que dizer de concreto.

Em **O Capitalismo Global** o autor discorre sobre a sua formação como economista, o subdesenvolvimento, as novas roupagens do capitalismo, a globalização e a identidade nacional e os riscos da ingovernabilidade, como decorrência da incúria a respeito dos problemas econômicos.

Lembra Furtado que, nos fins da década de quarenta, se entusiasmou com a posição de Raul Prebisch, então presidente da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), que se empenhava em demonstrar, teórica e praticamente, não ser a economia algo em si e para si, desvinculada do social, além da importância do Estado como agente econômico em países economicamente dependentes. Traduziu e publicou o trabalho de Prebisch no Brasil. Diz Furtado que “a reação não se fez esperar”, pois, a seguir, foram convidados expoentes do pensamento econômico conservador mundial para desmentir “os miasmas cepalinos”, sob o patrocínio da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro, na época dirigida por Eugênio Gudin. (pág.19).

Na pág.20, dissertando sobre a “emergência do subdesenvolvimento”, Celso Furtado defende a idéia de desenvolvimento como agente de crescimento social, ao contrário de “crescimento econômico que é inerentemente criador de desigualdade e privilégios”. E acentua que o persistente crescimento econômico do Brasil, a partir do início da década de sessenta (agravado após o golpe de 1964), levou à ilusão de que a grande maioria de migrantes internos (entenda-se nordestinos) ascenderia social e economicamente, o que provocou graves conseqüências ambientais, como destruição de florestas (págs. 20 e 21). No seu entender, isso ocorreu principalmente por causa do deslocamento da fronteira agrícola para o interior.

Quanto à questão da globalização e preservação da identidade nacional, Furtado deixa claro que, hoje em dia, não se pode desprezar a potencialidade do capital circulante no mundo, mas com cautela, para preservar o interesse do

---

país. Nesse sentido, diz “aumentar o esforço para aprofundar a inserção externa da economia – o que atualmente se apresenta como requisito da modernização – somente se justifica se esse esforço for realizado no quadro de uma autêntica política de desenvolvimento socioeconômico, o que não é o caso se o aumento das exportações tem como contrapartida contração do mercado interno (pág. 41). Quer dizer, de nada adiantam as exportações superarem as importações simplesmente, sem que haja o implemento de uma política voltada para o desenvolvimento interno do país.

A ingovernabilidade é objeto de considerações do autor, a partir da pág. 73. Segundo ele, essa possibilidade existe em função do envolvimento desenfreado do país na globalização e da adoção do modelo econômico neoliberal. Com isso, a problemática social só tende a se agravar, gerando, em contrapartida, a radicalização dos movimentos reivindicatórios, alguns dos quais muito bem-estruturados, como o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra. Nesse particular, o autor chama a atenção para o fato de que “no Brasil deparamos com uma situação inusitada: grande disponibilidade de terras cultiváveis, massa trabalhadora desejando voltar ao campo (...) e demanda potencial de produtos agrícolas dentro e fora do país (pág. 78). Como encaminhamento para a solução, Furtado sugere a organização de cooperativas com poder negociador e “que possam enfrentar as poderosas organizações comerciais” (pág. 79).

E o Estado, como fica?

O autor volta a insistir em que “nossa política econômica deveria adotar como objetivo estratégico o crescimento do mercado interno, o que significa privilegiar os interesses da população” (pág. 80). Acrescenta que é importante a inserção internacional, pois isso facilita a aquisição de tecnologias avançadas, mas desde que se priorize “o crescimento do mercado interno, o qual movimenta 90% da economia (pág. 80).

No entender de Furtado, o Estado tem um papel integrador decisivo para a ampliação do mercado interno. Contudo, isso não está acontecendo por causa do envolvimento do Estado brasileiro pelos neoliberais de plantão e a associação dos mesmos com a globalização.

Em suma, trata-se de um opúsculo (72 páginas propriamente de texto), mas que supera milhares de páginas com idéias flutuantes que circulam por aí, confundindo, sem contribuir para formar uma opinião consistente.

*João Luiz Gonzaga Peçanha*